

Queda-de-braço com os governadores

Dentro da nova equipe econômica, diz-se que o grande momento de conferir se o ministro Fernando Henrique Cardoso tem mesmo carta branca será na hora de negociar a rolagem da dívida dos estados. Este será, certamente, o segundo tema da pauta de ajuste das contas do governo, depois que o ministro liquidar a fatura dos cortes no Orçamento, um assunto que só se sustenta uma semana no noticiário porque o governo não está suficientemente forte para mexer no varejo dos interesses de deputados e senadores sem uma negociação mais ampla ou mesmo uma campanha de esclarecimento à opinião pública.

Os cortes são inapeláveis, ocorrerão mesmo, mas o governo procura criar um ambiente que elimine ressentimentos, para evitar o surgimento de focos de guerrilha parlamentar que possam comprometer a tênue linha de estabilidade da economia e da administração. Já a rolagem da dívida dos estados será um jogo político mais duro, com parceiros mais fortes e com maior poder de fogo, como são os governadores.

Há uma lei recente que estabelece as regras para essa recomposição de dívidas, em geral as acumuladas pelos estados junto ao Banco do Brasil, à Caixa Econômica Federal e ao BNDES, e as de empréstimos externos com aval do Tesouro Nacional. Ao lado delas, existem outras que exigem negociação à parte. São as do FGTS e as do setor elétrico.

Aparentemente, é simples recompor essas dívidas. Basta que os estados reconheçam o que devem à União e ofereçam garantias de que vão pagá-las no prazo de 25 anos já estipulado. Há, entretanto, uma divergência que paralisou há meses as negociações: o governo federal quer que os estados comprometam mensalmente 11% de suas receitas correntes — ICMS e Fundo de Participação —, mas os governadores aceitam pagar apenas 7%.

A equipe de Fernando Henrique vai se pegar com os governadores nesse índice e numa página decisiva para o sucesso dessa operação de saneamento: a das garantias que os estados oferecerão à União para o cumprimento do acordo. Não conseguirão fugir, por exemplo, da proibição de emitir títulos estaduais. Além disso, a União precisa estar autorizada a pôr a mão de qualquer maneira na quota mensal de pagamento acertada.

O carro-chefe da negociação com o governo,

certamente, será São Paulo. Diz-se que é dono de 36% desse buraco. O governador Luiz Antônio Fleury Filho não sabe dizer de memória se é isso mesmo, mas lembra que São Paulo responde por 52% da arrecadação federal. “Se for 36%, está abaixo até da contribuição que nós damos para o país”, diz o governador.

Não há, propriamente, uma relação entre o que os contribuintes pagam de impostos e o que o governo estadual deixa de pagar aos cofres da União. Mas o governador Fleury diz que fica muito magoado quando lê nos jornais que São Paulo não paga as suas dívidas, enquanto outros estados estão pagando.

“Só no ano passado pagamos US\$ 780 milhões de rolagem da dívida. Este ano, até maio, pagamos mais de US\$ 250 milhões. São Paulo só não está pagando dívidas que sejam objetos de negociação, como as com a Caixa Econômica Federal e o BNDES. Com a Caixa, já regularizamos uma parte. Com o BNDES, temos uma proposta desde o ano passado, mas como a idéia era fazer a rolagem em bloco, ainda quando o Marcílio era ministro, ficou paralisada”, diz Fleury.

Para o governador de São Paulo, “o que está acontecendo é paradoxal: os estados fizeram várias propostas, os órgãos do governo federal queriam fazer também, mas o Ministério da Fazenda amarrava, porque queria uma solução global. Se a solução fosse órgão por órgão, já teria sido resolvida. Onde foi possível fazer a negociação por partes, nós já resolvemos.”

A dívida do setor elétrico, reconhece o governador de São Paulo, é mais grave: “O setor sofreu um prejuízo brutal de outubro em diante com o congelamento de tarifas, e isso acabou sacrificando a saúde financeira de muitas empresas estaduais. O problema de tarifa não foi equacionado até agora. Chegou o momento em que nos vimos diante do seguinte dilema: ou pagava-se à Eletrobrás e quebrava-se a empresa estadual, ou não se pagava. E não se pagou, porque a responsabilidade de fixação de tarifas, que é do governo federal, não foi cumprida.”

Por aí, se tem o tamanho da confusão em que a equipe econômica terá que se meter. De qualquer maneira, a hora de encarar o assunto é agora. Mais do que os cortes no Orçamento, o acerto das dívidas dos estados será o batismo de fogo de Fernando Henrique.